

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E**

**2 DO ADOLESCENTE DO DIA TRINTA E UM DE AGOSTO DE DOIS MIL E SEIS - Aos trinta e**

**3 um dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis, com início às oito horas e trinta**

**4 minutos, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança**

**5 e do Adolescente - CMDCA, no auditório da faculdade IBES - Instituto Blumenauense de**

**6 Ensino Superior, sito a Rua Pandiá Calógeras, 272, sob a coordenação da Sra. Eva Salet**

**7 Mendes Johann, coordenadora geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do**

**8 Adolescente, representando a Pastoral da Criança - CNBB, com a presença de: Sônia**

**9 Regina de Souza e Maria Aparecida de Oliveira, representando a Secretaria Municipal da**

**10 Criança e do Adolescente - SECRIAD; Dora Neves Moritz e Mariza Farias Hoepers,**

**11 representando o Lions Clube Blumenau Garcia; Claudia Lange, representando a**

**12 Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS; Sueli Maria Marcos, representando a Associação**

**13 de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE; Maria Bernadete Lombardi Moreira e Liane**

**14 Koffke, representando a Secretaria Municipal de Educação - SEMED; Edna E. E.**

**15 Gonçalves, representando a Associação Assistencial Lar Bethel - AALB; Márcia Kayser,**

**16 representando a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS; Neiva de Assis,**

**17 representando a Associação Voluntários São Roque - AVSR; Silvio Uliano, representando**

**18 a Fundação Cultural de Blumenau - FCB; Maria da Conceição Lima de Andrade e Roseli**

**19 Nazário, representando a Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB; Ursula**

**20 Trude Richter e Umberto de Oliveira Campos, representando o Centro de Educação**

**21 Amiguinho Feliz - CEAF; Leonardo Stuepp, representando a Pastoral da Criança - CNBB;**

**22 Josué de Souza, representando o Conselho Tutelar Garcia; Lourdes Zimmermann Cenci,**

**23 representando o Conselho Tutelar Centro; Patrícia Morastoni Sasse, Maria Regina Golle**

**24 Cordini, Silvana Gonçalves Bento, Kátia Regina Vargas Schmidt, Eduardo Conti e Selma**

**25 Teixeira da Silva, da Secretaria Municipal da Assistência Social, da Criança e do**

**26 Adolescente; e demais convidados, conforme lista de presença anexa. 1-**

**Abertura dos**

**27 trabalhos e aprovação da ordem do dia: A Conselheira Sônia fez a abertura dos**

28 trabalhos do dia, lendo o edital de convocação 017/06: 1- Abertura dos trabalhos e

29 aprovação da ordem do dia; 2- Apresentação planejamento da Secretaria Municipal de

30 Educação para a educação infantil no município de Blumenau; 3- Intervalo; 4-

31 Continuação da apresentação e encaminhamentos; 5- Encerramento. 1- Abertura dos

32 trabalhos e aprovação da ordem do dia: Após a leitura, o edital foi aprovado por

33 unanimidade. A coordenadora cumprimentou a todos, agradecendo pela presença dos

34 envolvidos neste processo tão importante para as políticas públicas. Sônia solicitou

35 espaço para informar que a Administração Pública tem a satisfação de convidar para a

36 inauguração, durante o mês de setembro, de 31 novas salas de aula, em comemoração

37 aos 156 anos do município de Blumenau, com um investimento aproximado de três

38 milhões, garantindo mil e trinta novas vagas e que a primeira inauguração aconteceria

39 no dia primeiro de setembro de dois mil e seis, às nove horas e trinta minutos, no CEI

40 Anton Max Artur Spranger, situado à Rua Walter Wachotz, cinquenta e cinco, no Testo

41 Salto, sendo que as demais seriam apresentadas durante a exposição da Secretária

42 Dinorah. Convidou também para décima oitava Feira da Amizade, que acontecerá no

43 período compreendido entre um a três de setembro de dois mil e seis, no Parque Vila

44 Germânica, com abertura prevista para as dezenove horas. Fez também um convite

45 para a segunda corrida rústica e primeira caminhada “Para uma vida sem drogas”, a

46 realizar-se no dia três de setembro de dois mil e seis. Convidou, por fim, para o desfile

47 comemorativo do aniversário da cidade. **2- Apresentação planejamento da Secretaria**

48 **Municipal de Educação para a educação infantil no município de Blumenau:** Em

49 seguida, a Coordenadora passou a palavra à Secretária Municipal de Educação, Sra.

50 Dinorah Krieger Gonçalves, que inicialmente destacou a preocupação do Prefeito João

51 Paulo Kleinübing com a qualidade dos espaços, e no atendimento à criança de zero

52 a seis anos, explicando se ateria mais à questão do espaço de atendimento à educação

infantil. A seguir, passou a apresentar dados ilustrativos <sup>53</sup> referentes ao Plano de

54 Expansão do Atendimento à Criança de 0 a 6 anos - 2005/2008. A educação infantil é

55 baseada em quatro pilares: CEIs, convênio com as ONGs, Creches Domiciliares e  
56 credenciamento de vagas em diversas instituições. Esclareceu que as crianças  
são  
57 atendidas na rede municipal da seguinte forma: CEIs municipais - são atendidas  
7.571  
58 crianças; educação infantil nas escolas - 257 crianças; convênios com as ONGs -  
1.078  
59 crianças; Creches Domiciliares - 468 crianças sendo atendidas atualmente,  
perfazendo  
60 o total de 9.374 crianças. Explicou que este é o compromisso atual da rede  
municipal  
61 de ensino no atendimento à criança de 0 a 6 anos no município de Blumenau.  
Em 2005  
62 foi ampliadas em toda a rede um CEI novo, juntamente com a expansão de  
algumas  
63 turmas, com o aumento de 557 vagas através da Secretaria Municipal de  
Educação, e o  
64 aumento de metas, através da Secretaria Municipal da Assistência Social, da  
Criança e  
65 do Adolescente, 250 metas, totalizando, em 2005, o aumento de 807 vagas. Em  
2006, a  
66 rede municipal está recebendo três novos CEIs, gerando 160 vagas. Aumento de  
vagas  
67 nos CEIs já existentes - 144; Aumento de vagas nas escolas, em função das  
novas salas  
68 que vão surgindo - 257; Ampliação de escolas - 20 salas vão gerar 400 novas  
vagas;  
69 Ampliação de CEIs - 26 salas, sendo 520 vagas. Totalizando, 1.481 novas vagas  
para as  
70 crianças do município. Para 2007, há a previsão de construção de quatro CEIs,  
na Velha  
71 Grande, Itoupavazinha, Horto Florestal e Valparaíso, os quais vão gerar 565  
vagas. Em  
72 2008, a previsão é de construção de quatro novos CEIs, gerando 720 novas  
vagas,  
73 totalizando 1285 vagas. Quanto às reformas e ampliações nos CEIs municipais,  
são  
74 previstos para 2007 a construção de 10 salas, sendo 150 novas vagas; e para  
2008, 10  
75 salas, sendo 150 vagas, totalizando, portanto, 300 vagas. Com relação aos  
convênios  
76 com as ONGs, serão conveniadas 100 vagas por ano, durante o período entre  
2006 e  
77 2008, totalizando 300 novas vagas. Referentes às Creches Domiciliares, que  
estão  
78 gerando uma polêmica maior, elas atendem 10% da demanda atual. Em 2006,  
as 35  
79 Creches Domiciliares conveniadas atendem 420 crianças; para 2007, a previsão  
é de  
80 firmar convênio com 10 novas creches, atendendo mais 120 crianças; e, em  
2008,

81 outras dez novas creches devem atender mais 120 crianças, totalizando 660 crianças.

82 Com relação ao credenciamento de instituições privadas, a previsão é de 10 novas

83 entidades credenciadas em 2007, possibilitando o atendimento de mais 100 crianças; e,

84 em 2008, prevê-se o credenciamento de outras 10 instituições, com 100 novas vagas.

85 Sem o aporte de recursos da prefeitura, algumas destas unidades correm o risco de

86 fechar, aumentando assim a demanda. Sobre as intenções de matrícula, feito o

87 cruzamento das informações, chegou-se ao total de 3.794 crianças à espera de vagas,

88 sendo a Região do Garcia a de maior demanda. A previsão é atender a demanda atual

89 até 2008, com certa folga, para atender as crianças que devam surgir ao longo dos

90 anos, sendo dada prioridade àquelas que já estão aguardando vagas. Para a execução

91 do Plano de Ampliação da Rede Municipal, serão aplicados recursos oriundos da

92 Prefeitura. A Secretária destacou ainda o problema das construções, manutenções e

93 reformas mal-feitas, onde foram liberados recursos para a aquisição de material de boa

94 qualidade, mas os materiais empregados foram de péssima qualidade, causando um

95 desperdício do dinheiro público. Além disto, a prefeitura precisa também aplicar essas

96 verbas com recursos humanos, alimentação e transporte escolar, sendo que apenas 20%

97 deste valor são disponibilizado pelo governo federal e governo estadual. Explicou

98 também que a Prefeitura Municipal de Blumenau está enfrentando uma queda na

99 arrecadação e, por isso, não apresentou dados para 2008, apenas os valores

100 consolidados na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o período de 2005 a 2009. Com

101 isso, a Secretária encerrou sua apresentação e se colocou a disposição para

102 questionamentos. A Conselheira Mariza pediu esclarecimentos acerca das

103 nomenclaturas empregadas para designar as regiões durante a explanação da

104 Secretária Dinorah, o que lhe foi assim explicado: Araxá - é composta da Vila Nova, Boa

Vista, Escola Agrícola, Ribeirão Fresco, Ponta Aguda e Worstadt; 105 Guabiroba - Garcia,

106 Glória, Wal Paraíso, Progresso; Ingá - Itoupava Norte, Itoupavazinha, Salto do Norte,

107 Texto do Salto e Badenfurt; Ipê - Asilo, Passo Manso, Velha e Velha Grande; Palmeira -

108 Fidèles e Fortaleza; Sena - Itoupava Central e Vila Itoupava. A Sra. Dinorah esclareceu

109 que foi assim dividido por uma questão de organização da própria Secretaria.

A

110 Vereadora Maria Emília declarou estar contente com a apresentação do plano  
111 apresentado pela Secretaria Municipal de Educação e pelo fato de a demanda  
112 reprimida não passar de 4000, número que já era imaginado pela Câmara de  
113 Vereadores. Após, perguntou por que manter as Creches Domiciliares se a  
prefeitura é  
114 capaz de atender, inclusive com folga, toda a demanda reprimida. Dinorah  
explicou  
115 que é em função do atendimento da criança e a comodidade da família, pois  
muitas  
116 vezes é difícil para os usuários deslocarem-se até o Centro de Educação  
Infantil, sendo  
117 mais práticas as Creches Domiciliares, que são um “atendimento pulverizado”.  
Outro  
118 fator é porque o Plano de Expansão foi feito em cima de 5.000 crianças, pois  
há muita  
119 migração de famílias para Blumenau, então deve se ter uma margem de folga  
para  
120 situações como estas. Em resposta, a Vereadora Maria Emília destacou que as  
Creches  
121 Domiciliares não têm gratuidade. A Sra. Dinorah, então, esclareceu que já  
está sendo  
122 analisada uma maneira de se firmar convênio com as Creches Domiciliares.  
Sra. Maria  
123 Emília disse que recebeu, como vereadora, a informação de que a construção  
de salas  
124 nas escolas se dá em função da demanda da própria escola, pois as salas estão  
125 superlotadas. A secretária Dinorah explicou que, ao ser anunciada a ampliação  
das  
126 escolas através da construção de novas salas de aula, foram admitidas, pela  
direção da  
127 escola e em locais provisórios, as crianças que ocuparão as mesmas salas após  
sua  
128 conclusão, prevista para setembro de 2006. Esclareceu que haverá a abertura  
de novas  
129 vagas para crianças menores nos CEIs, uma vez que parte das que lá estão  
atualmente,  
130 migrarão para as novas vagas das escolas. Explicou ainda que as vagas a serem  
geradas  
131 em 2006 serão definidas após triagem, a ser realizada até outubro, quando  
então se  
132 terá o número exato de vagas criadas. Destacou que gostaria de,  
oportunamente,  
133 apresentar estes dados. A Sra. Rosa, coordenadora do CEI Henrique Reif,  
questionou de  
134 que forma é feito atendimento pela SEMASCRI, conforme apresentado no  
quadro  
135 exibido pela secretária. A Sra. Patrícia esclareceu que esse atendimento é  
feito através  
136 das ONGs e existe a possibilidade de um aumento de vagas. Foi perguntado  
então como  
137 se daria esse atendimento, uma vez que as ONGs já estão lotadas. Esclareceu-  
se que as

138 entidades se responsabilizariam pelo aumento necessário para o atendimento.  
139 Referente ao credenciamento com creches particulares, discutiu-se que nas  
140 creches particulares em geral são de classes sociais diferenciadas. Sra. Rosa apontou  
141 que nessa forma de credenciamento poderia haver discriminação com relação às crianças  
142 de classes sociais menos favorecidas. Sra. Dinorah enfatizou que devemos cuidar  
143 para que nosso discurso não seja discriminatório, pois se essa convivência não fosse  
144 saudável, as escolas particulares não ofereceriam bolsa de estudos a alunos de escola  
145 pública. Destacou, também, que o acesso da criança a este credenciamento será de  
146 livre escolha dos pais. A Secretária Dinorah destacou que será garantida a  
147 qualidade no atendimento. Jamais a SEMED faria o credenciamento sem estabelecer  
148 critérios. Ao credenciar-se, a instituição se submete aos critérios da Secretaria Municipal  
149 de Educação. A preocupação é se a escola credenciada terá um atendimento tão  
150 bom quanto o que é oferecido pelas escolas públicas. O que se pretende é  
151 credenciar, preferencialmente, escolas menores. Neste momento, a senhora Dinorah,  
152 referindo-se à expressão da senhora Rosa durante os questionamentos, disse: “Eu te ouvi,  
153 querida, por favor me ouve também, tá certo? Acho que o mínimo que temos que ter é  
154 cortesia e, quando você fala, eu não faço nenhuma expressão assim, de enfado. Então,  
155 por favor.” O registro desta fala deu-se em razão de solicitação da servidora Rosa  
156 Cecília Duarte dos Santos Bahr, através de documento por escrito à assessoria. A  
157 Conselheira Maria Aparecida esclareceu que a SEMASCRI, Secretaria Municipal da  
158 Assistência Social, da Criança e do Adolescente, é uma fusão da antiga Secretaria Municipal da  
159 Assistência Social, SEMAS, e da Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente,  
160 SECRIAD. Disse que as ações que são promovidas pela SEMASCRI, através de convênio de  
161 metas com as ONGs, garantem vagas na educação infantil. Esclareceu que essas vagas são  
162 acompanhadas e monitoradas pela secretaria, o que garante a qualidade no  
163 atendimento a essas crianças. A entidade deve primar pelo espaço oferecido,  
164 demonstrando respeito e seriedade. Finalizando, a Conselheira Maria  
165 Aparecida parabenizou a Secretária Dinorah pela apresentação feita, a qual demonstrou uma

166 visão concreta da realidade do município. Informou que no momento estava  
167 representando o Secretário Municipal da Assistência Social, da Criança e do  
168 Adolescente, Sr. Mário, tendo em vista sua ausência. A Sra. Patrícia destacou  
que deve  
169 se pensar de forma mais ampliada, que não se pode dizer que as crianças em  
espaços  
170 privados têm seus direitos violados. Enfatizou que o espaço oferecido para o  
171 atendimento, deve ser adequado. Informou que, com o corte de recursos a  
nível  
172 nacional, uma quantia significativa, antes destinada à assistência social, deve  
migrar  
173 para a educação. Justificou que a ausência do Secretário Mário se deu em  
função do  
174 mesmo estar em Chapecó, participando do Seminário Regional de  
175 Implantação/Implementação do SUAS, juntamente com a Sra. Sônia  
Albuquerque e  
176 representantes de outros municípios, para refletir sobre a ampliação de  
recursos.  
177 Solicitou o apoio do CMDCA para compor este contexto, destacando que o  
Estado já  
178 esta se mobilizando para a garantia desse direito. A conselheira tutelar  
Honorina disse  
179 que compartilha com o pensamento da senhora Rosa e da Vereadora Maria  
Emília, não  
180 vendo o direito garantido na questão do convênio e que precisa haver  
fortalecimento  
181 do serviço público. A Secretária Dinorah agradeceu a contribuição feita e disse  
que  
182 considera esta uma situação transitória, mas, que no momento, é uma  
necessidade. O  
183 Conselheiro Tutelar Josué disse estar feliz por poder mapear o problema da  
Educação  
184 Infantil, considerando um avanço nas discussões referentes a esse assunto,  
pois agora  
185 se sabe o número exato da demanda reprimida em nosso município.  
Questionou qual o  
186 valor de uma criança na educação pública atualmente; quais são os requisitos  
para o  
187 acesso da criança na educação infantil; observou ainda que nos slides  
apresentados  
188 pela SEMED, não havia imagem de crianças afro-descendentes. Sra. Dinorah  
respondeu  
189 primeiramente, que as imagens apresentadas foram obtidas através do  
contexto atual  
190 dos CEIs, não houve qualquer classificação e referente ao custo de cada  
criança é de  
191 300 reais por mês. Destacou ainda que neste país fala-se em ensino gratuito,  
ensino  
192 público não é gratuito, há um custo para manutenção do mesmo através do  
poder  
193 público, a família não paga por este serviço. Ainda em resposta ao  
questionamento do

194 Conselheiro, esclareceu que há critérios para o acesso da criança, há uma oferta de  
195 vagas através da Secretaria. Ao chegar na SEMED o pai já traz sua opção. O  
Conselheiro  
196 Tutelar Allan questionou sobre o valor do repasse da Prefeitura para as ONGs.  
Sr. Julio,  
197 da SEMASCRI esclareceu que é repassado 70 reais por criança para as ONGs.  
Sra.  
198 Dinorah esclareceu que ONGs têm outros recursos e que o objetivo do  
convênio com  
199 estas entidades destina-se ao melhoramento da qualidade no atendimento. O  
200 Conselheiro Leonardo destacou ser educador, enfatizando que a rede privada  
oferece  
201 vagas não apenas aos atletas, mas destinadas às escolas, que estabelecem o  
melhor  
202 critério para a distribuição das mesmas. Disse ainda que os custos na rede  
privada são  
203 enormes, que ela está fazendo sua parte e que a responsabilidade está na  
educação  
204 como um todo. Lembrou que desde 1988 fala-se em direito, mas é preciso  
lembrar que  
205 há também deveres. Concluiu, então, que, na questão das creches  
domiciliares, tem-se  
206 esquecido de cobrar das famílias sua responsabilidade neste contexto. A Sra.  
Dinorah  
207 agradeceu a contribuição do professor, destacando que existem vagas  
destinadas a  
208 famílias, por medida judicial, mas os pais das crianças beneficiadas não  
comparecem  
para assumi-las. Estas vagas, entretanto, ficam reservadas, à espera 209 de que as  
famílias  
210 assumam sua responsabilidade. A Vereadora Maria Emília lamentou que a  
211 miseria, a fome e a exclusão social estejam no mesmo patamar nesta  
discussão.  
212 Destacou que o FUNDEF encerrará em trinta e um de dezembro e que o  
FUNDEB é  
213 fundamental, pois cada política tem sua especificidade. Considerou que as  
ONGs de  
214 atendimento à criança deve ir para a educação e que a assistência deve se  
preocupar  
215 com o núcleo da família, o que é uma questão mais ampla. A conselheira  
Maria  
216 Aparecida de Oliveira destacou o artigo 98 do Estatuto da Criança e do  
Adolescente, do  
217 qual fez leitura. Esclareceu, então, que o mesmo não é omissivo, a omissão se  
dá através  
218 da leitura parcial do estatuto, pois ele prevê a proteção integral da criança e  
do  
219 adolescente. **3- Intervalo; 4- Continuação da apresentação e  
encaminhamentos:**  
220 Após o intervalo, retomaram-se os trabalhos às 10h30min. Patrícia retratou a  
sua fala,

221 esclarecendo que não disse que o FUNDEB não vai existir, apenas demonstrou sua  
222 preocupação por ele ter sido anunciado meses antes do término do FUNDEF,  
em função  
223 de uma grande instabilidade surgida por conta do processo eleitoral corrente.  
224 Considerou importante que o FUNDEB saia do papel e que a educação infantil  
migre  
225 para a educação. Reconhece o papel da assistência na responsabilidade com  
as  
226 famílias, e esclareceu que os recursos não são só da educação infantil, mas  
vão além  
227 disso. Disse que é preciso que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e  
do  
228 Adolescente se mobilize nesse sentido. A Conselheira Roseli informou que  
atualmente  
229 estão sendo feitas discussões entre MDS e MEC, uma discussão próxima e  
relacionada à  
230 educação infantil. Estão sendo apresentados relatórios, inclusive da demanda  
231 trabalhada. O FUNDEB não resolverá a situação, seria ingenuidade acreditar  
nisso. As  
232 matrículas da educação infantil serão incorporadas gradativamente, sendo que  
a  
233 porcentagem total se dará apenas depois do quarto ano. Esse momento de  
políticas  
234 nacionais é provisório e que seja considerada a possibilidade da abertura de  
Centros de  
235 Educação Infantil nesse processo. Sra. Dinorah esclareceu que essa construção  
já  
236 apareceu, mas baseada nos recursos da prefeitura. A Vereadora Maria Emília  
destacou  
237 que poderia encaminhar aos CEIs os valores dos recursos destinados à  
educação infantil  
238 através dos governos federal, estadual e municipal, para que todos saibam  
que valores  
239 são esses. A Secretária comunicou à Vereadora que este encaminhamento já  
foi feito  
240 na última reunião de diretores, mostrando quais são os recursos e qual a  
origem deles.  
241 A Sra. Maria Emília então lhe respondeu que os mandaria “de novo”. A  
coordenadora  
242 solicitou que fossem encaminhados também aos conselheiros os dados acerca  
das  
243 informações dos recursos mencionados pela vereadora. Perguntou, então,  
sobre a  
244 existência de mais questionamentos por parte dos Conselheiros presentes, não  
havendo  
245 manifestações neste sentido. Falou que o que foi apresentado deu visibilidade  
do que  
246 há no município e do que se precisa. Destacou que não cabe ao conselho  
deliberar  
247 especificamente sobre algo na área da educação, podendo este sugerir, mas  
não

248 deliberar a respeito. Solicitou que seja reforçada parceria entre SEMED e  
CMDCA, para  
249 que se possa alavancar outras propostas havendo a necessidade de  
colaboração deste  
250 Conselho para que a sociedade civil tenha um entendimento melhor. Declarou  
ainda  
251 que o Conselho é o espaço para a sociedade civil apresentar suas propostas ou  
252 indicações. Agradeceu, então, a presença de todos e questionou aos  
conselheiros se  
253 havia propostas para deliberação do CMDCA. Foi solicitado a disponibilização  
do  
254 material apresentado nesta plenária por e-mail e através de acesso ao site  
para  
255 consulta. A Secretária respondeu positivamente a solicitação feita. A  
Conselheira Dora  
256 agradeceu e parabenizou a secretária pela sua apresentação e destacou que  
esta foi a  
257 primeira vez que teve o prazer de ver a Secretaria de Educação falar da  
educação  
258 infantil e educação de modo geral. A Conselheira Mariza agradeceu a presença  
das  
259 diretoras dos CEIs e compreende que esse é um trabalho integrado e estão no  
Conselho  
260 para defender os direitos das crianças e adolescentes, convidando os  
presentes para  
participarem da plenárias do CMDCA. A Coordenadora lembrou 261 que as  
plenárias do  
262 Conselho são abertas ao público em geral, só não havendo direito a voto, mas  
a  
263 participação é livre e que seria bom haver mais pessoas da sociedade civil  
envolvidas.  
264 Informou que há um calendário fixado no site do CMDCA com as datas das  
plenárias  
265 ordinárias deste Conselho. Em nome da Secretaria de Educação, a secretária.  
Sra.  
266 Dinorah agradeceu ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do  
Adolescente a  
267 oportunidade de trazer a proposta da Secretaria a público, a transparência é  
268 compromisso do poder público e, que este momento permitiu buscar  
informações,  
269 reunir, compilar e apresentar de forma organizada as ações que estão  
acontecendo na  
270 rede municipal. Agradeceu as contribuições da Vereadora Maria Emilia. A  
Coordenadora  
271 Salet reiterou os agradecimentos a todos, solicitando maior participação da  
vereadora  
272 Maria Emília nas discussões de leis referentes à criança e ao adolescente. A  
Vereadora  
273 Maria Emilia colocou-se à disposição e informou que existem comissões na  
Câmara de  
274 Vereadores, sendo a Comissão de Educação formada por ela, pelo presidente,  
o

- 275 Vereador João José Marçal, o vice, o Vereador Jovino Cardoso Neto. **5- Encerramento:**
- 276 Nada mais havendo, deu-se por encerrada a reunião, da qual nós, Silvana Gonçalves
- 277 Bento, Kátia Regina V. Schmidt e Eduardo Conti lavramos a ata, que depois de
- 278 aprovada será assinada pelos conselheiros presentes.
- 279 **Silvio Uliano**.....
- 
- 280 Levi Hulse.....
- 
- 281 **Maria da Conceição Lima de Andrade**.....
- 
- 282 **Roseli Nazário**.....
- 
- 283 **Sônia R. de Souza**.....
- 
- 284 **Maria Aparecida P.M. de Oliveira**....
- 
- 285 **Andréa Heidemann**.....
- 
- 286 **Márcia M. Kaiser de Oliveira**.....
- 
- 287 **Maria Bernadete Lombardi Moreira** .
- 
- 288 **Liane Koffke**.....
- 
- 289 **Cláudia Vilela de Souza Lange**.....
- 
- 290 **Lorete Margarida Bernardes**.....
- 
- 291 **Grace M. M. Moreira**.....
- 
- 292 **Sueli Maria Marcos**.....
- 
- 293 **Edna E. E. Gonçalves**.....
- 
- 294 **Leoncir Correia** .....
- 
- 295 **Neiva de Assis** .....
- 
- 296 **Leila Patrícia V. Nagel**.....
- 
- 297 **Ursula Trude Richter**.....
- 
- 298 **Umberto O. Campos**.....
- 
- 299 **Eva Salet Mendes Johann**.....
- 
- 300 **Leonardo Stuepp**.....
- 
- 301 **Dora Neves Moritz**.....
-

Mariza Farias Hoepfers.....

302

303 Cientes:

304 Nome: Assinatura:

305 \_\_\_\_\_

.....

306 \_\_\_\_\_

.....

307 \_\_\_\_\_

.....

308 \_\_\_\_\_

.....

309 \_\_\_\_\_

.....

310 • **Conselheiros presentes**